

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Data, Hora e Local: 11/09/2026, às 9h, na sede da Luiz Ometto Participações S.A. ("Cia."), na Usina Santa Cruz, no município de Américo Brasiliense/SP. **Presença e Convocação:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, tendo sido dispensada a convocação, nos termos de §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme assinaturas constantes do "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **Ili Messa:** **Presidente** Luiz Antonio Cernito, **Vice-Presidente** Marcelo Campos Ometto, **IV. Ordem do Dia:** Deliberação sobre, em caráter ordinário: (1) Contas dos Administradores; Demonstrações Financeiras; Relatório das Empresas Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2026; (2) Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (3) Reeleição dos membros da Diretoria; (4) Remuneração global anual da Diretoria. **V. Deliberações Tomadas:** Dando início aos trabalhos, o Presidente submeteu à apreciação da Assembleia as matérias constantes da ordem do dia. Os acionistas deliberaram e aprovaram por unanimidade: Em caráter ordinário: (1) As Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2026, com publicação no Diário Oficial da União nº 188 (página 108) em 11/09/2026, sob o nº 188-1, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 126 (página 126) em 11/09/2026, sob o nº 126-1; (2) A proposta da administração que o lucro líquido do exercício encerrado em 31.3.2026 seja o valor de R\$ 243.562.641,77 sejam deduzidos R\$ 12.187.613,09 que será destinado à conta de Reserva Legal, e o saldo de R\$ 231.375.028,68 tenha a seguinte destinação: a) R\$ 58.498.464,32 de dividendos do exercício encerrado em 31.3.2026, composto por R\$ 57.891.162,17 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 607.302,15 de dividendos adicionais, sendo que ambos já foram pagos; b) o valor bruto de R\$ 197.876.656,83, a título de juros sobre capital próprio ("JCP") sendo o valor líquido após retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte o montante de R\$ 25.055.158,36 também já pagos aos acionistas. A soma do JCP bruto e dos dividendos corresponde a R\$ 197.875.121,5; c) R\$ 158.875,52 se destinam à conta de Reserva de Lucros e Reservas de Outras ("RLRO"); (3) A reeleição dos membros da Diretoria para o mandato de 01 (um) ano, a ser exercido a partir de 11/09/2026, de modo que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31.3.2027 (até AGO 2027), quais sejam: **eleição como Diretor/Presidente:** Maurício Krug Ometto, brasileiro, casado, administrador de empresas, RP nº 11.131.670-4 SSP/SP, CPF nº 127.718.108-08, com endereço profissional na Fazenda Santa Cruz, no município de Américo Brasiliense/SP, CEP 14.824-899; **eleição como Diretor/Vice-Presidente:** Luiz Antonio Cerna Ometto, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG nº 1.636.450-8 SSP/SP, CPF nº 027.686.328-49, com endereço profissional na Fazenda Santa Cruz, no município de Américo Brasiliense/SP, CEP 14.824-899; e **releição como Diretor/Vice-Presidente:** Marcelo Campos Ometto, brasileiro, casado, administrador de empresas, RP nº 11.131.670-4 SSP/SP, CPF nº 127.718.108-08, com endereço profissional na Fazenda Santa Cruz, no município de Américo Brasiliense/SP, CEP 14.824-899; (4) A renovação do contrato de arrendamento rural, no município de Pradópolis/SP, CEP 14824-899, até por 30 dias (§1º do artigo 149 da Lei das S.A.), contados da presente data, os diretores eleitos tomam posse mediante assinatura do termo lavrado em livro próprio, com a declaração de desimpedimento de acordo com artigo 147 e §§ 5º da Lei das S.A. (4) A remuneração global anual da Diretoria, a qual não ultrapassará o valor do último mandato, acrescido em até 10%. **V. Lavratura:** Foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, bem como a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 e § 5º da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo, foram suspensos os trabalhos para lavrar esta ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida, aprovada e assinada pelos signatários. **Assinatura do Presidente:** Luiz Antonio Cerna Ometto, **Assinatura do Vice-Presidente:** Marcelo Campos Ometto, **Assinatura do Diretor/Vice-Presidente:** Luiz Antonio Cerna Ometto, **p/ Delibela Martiniana Cerna Ometto,** p/ Dimas Ometto Participações S.A.: Marcelo Campos Ometto. Esta é cópia da ata lavrada no livro próprio. Américo Brasiliense/SP, 11/09/2026. **Jucesp** nº 353.63276-0 em sessão de 24/09/2026. Marcia Centurion Dardani - Secretária Geral.

[illegible]

Continuação.

R\$ 228, correspondente a valores de imposto de renda sobre premiações.

14. Obrigações tributárias:

		Controladora		Consolidado			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
ISS a recolher	175	108	221	189	108	221	
Cofins a recolher	-	-	-	21	-	-	
PIS a recolher	-	-	-	5	5	-	
IRPJ a recolher	59	83	143	73	104	142	
CSLL a recolher	72	101	92	79	101	92	
IRRF sobre serviços	8	2	2	8	2	4	
CSRF sobre serviços	3	3	2	3	3	2	
Total	317	297	461	377	323	461	

15. Outros créditos:

		Controladora		Consolidado			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Aluguel a pagar	13	-	-	13	-	-	
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	
Cartão de Crédito	145	325	-	163	325	-	
Dividendos a pagar	-	9.988	-	-	9.988	-	
Opção Stock Options	82	-	-	82	-	-	
Receita Diferida	77	-	-	77	-	-	
Total	317	10.315	-	335	10.315	-	

16. Passivo de contrato:

		Controladora		Consolidado			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Credores Novos (i)	20.362	13.639	12.141	20.362	13.639	12.141	
Saldo Novos	-	-	-	-	-	-	
(travados 3 dias) (ii)	1.366	947	798	1.366	947	798	
Saldo Gopoints (iii)	42	66	114	42	66	114	
Tarifa Braintree a pagar	420	346	-	420	346	-	
Total	22.190	14.988	13.053	22.190	14.988	13.053	

(i) Os saldos apresentados correspondem a valores de intermediação registrados como obrigações a realizar, contemplando o registro dos compromissos assumidos com os novos. (ii) O saldo refere-se aos valores de intermediação registrados que, conforme a política operacional da Companhia, são submetidos a procedimentos internos de verificação e análise de riscos, incluindo avaliação de indícios de fraude, antes de serem liberados para disponibilização aos novos. Esse processo tem o prazo de 3 dias úteis. (iii) A Companhia utiliza a plataforma GÓPOINTS como infraestrutura tecnológica para a realização de suas operações de venda em ambiente de marketplace. A plataforma atua como o ecossistema digital que permite a exposição de produtos, o processamento de transações e a gestão de incentivos (como programas de fidelidade e benefícios), sendo essencial para a escalabilidade das vendas online.

17. Patrimônio Líquido: a) Capital social:

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R\$ 5.000, totalmente integralizado, representado por 5.000 quotas, detidas integralmente pela CAWI Participações Ltda. Em 25 de maio de 2022, foi concluída a incorporação da CAWI Participações Ltda., então única sócia da Companhia. Como resultado da operação, houve a sucessão universal do patrimônio da incorporada e o cancelamento das quotas anteriormente detidas, com a substituição pela participação direta de seus sócios no capital da Companhia. O capital social passou a ser de R\$ 1.688, dividido em 1.688.454 (um milhão seiscentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta e quatro quotas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um Real), distribuído da seguinte forma:

		Quotas		Participação (%)		R\$	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Camila Bauducco Nunes Piccini	1.206.957	71.48%	1.207	-	-		
Fabio Novaes de Camilo	316.998	18.78%	317	-	-		
Paula Perez Raimo	164.499	8.91%	164	-	-		
Amabely Pereira	78.425	4.25%	78	-	-		
Maycon Santos Correa	78.425	4.25%	78	-	-		
Total	1.688.454	100%	1.688	-	-		

Na mesma data, a Companhia foi transformada de sociedade limitada para sociedade anônima, passando seu capital social a ser representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mantendo-se a mesma estrutura de participação societária. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia deliberou aumento de capital no montante de R\$ 157, mediante emissão de 156.850 (cento e cinquenta e seis mil e oitocentos e cinquenta) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1 (um Real) por ação. Após o referido aumento, o capital social passou a ser de R\$ 1.845, representado por 1.845.304 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil e trezentos e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme segue:

		Ações Ordinárias		Participação (%)		R\$	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Camila Bauducco Nunes Piccini	1.206.957	65.41%	1.207	-	-		
Fabio Novaes de Camilo	316.998	17.18%	317	-	-		
Paula Perez Raimo	164.499	8.91%	165	-	-		
Amabely Pereira	78.425	4.25%	78	-	-		
Maycon Santos Correa	78.425	4.25%	78	-	-		
Total	1.845.304	100%	1.845	-	-		

b) Distribuição de lucros:

Até 25 de maio de 2022, quando a Companhia estava constituída sob a forma de sociedade limitada, a destinação dos resultados era deliberada pelos sócios, podendo ocorrer de forma desproporcional às participações no capital social, nos termos do artigo 1.008 do Código Civil. A partir da transformação em sociedade por ações, a destinação dos lucros passou a observar as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e do estatuto social da Companhia. As distribuições realizadas nos exercícios apresentados referem-se a dividendos deliberados pela administração, conforme segue:

		Sócios		Lucro Administração e Participações		2024		2023		2022	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Lucibe Administração e Participações	11.890	17.138	5.499	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabio Novaes de Camilo	3.130	4.495	1.839	-	-	-	-	-	-	-	-
Paula Perez Raimo	1.623	2.333	1.182	-	-	-	-	-	-	-	-
Amabely Pereira	773	170	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maycon Correa	773	170	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	18.189	24.206	8.520	-	-	-	-	-	-	-	-

Os dividendos foram distribuídos de forma proporcional com base nos lucros apurados em cada exercício, conforme deliberação societária, observada a legislação aplicável e o estatuto social. Do lucro líquido do exercício, será destinado após a dedução da reserva legal e ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A., 10% (dez por cento), para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas. Efetuada a destinação do valor à reserva legal, e atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, os lucros que excederem terão a destinação que vier a ser definida pela Assembleia Geral. c) Reservas de legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A partir desse limite, a constituição da reserva legal deixa de ser obrigatória, podendo, entretanto, continuar sendo realizada a critério da Companhia, até o limite em que o saldo da reserva legal, somado ao das reservas de capital, atinja 30% do capital social, conforme disposto no §1º do referido artigo. No exercício de 2023, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 339. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal atingiu o montante equivalente a 20% do capital social. 18. Partes relacionadas: a) Operações com o pessoal chave da administração: A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024 foi a seguinte:

		Remuneração anual		2024		2023		2022	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	
Pró-labore	871	1.439	1.322	-	-	-	-	-	
Encargos	174	288	265	-	-	-	-	-	
Total	1.045	1.727	1.587	-	-	-	-	-	

b) Outros saldos com partes relacionadas:

A Companhia possui registro de dividendos a distribuir no valor de R\$ 9.988 em 31 de dezembro de 2023 (Vide Nota Explicativa nº 15). 19. Contingências: Com base na avaliação da administração e nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos, a Companhia entende que não existem processos cíveis, trabalhistas ou administrativos com risco de perda classificado como possível que possam impactar suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022. Dessa forma, concluiu-se que não havia necessidade de constituir provisão para contingências nessas datas. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE): A Companhia avaliou os impactos da Lei nº 14.148/2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), o qual prevê a redução a zero das alíquotas de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins pelo prazo originalmente estabelecido de 60 meses. A Companhia entende que possui enquadramento no referido programa, tendo iniciado a fruição do benefício em junho de 2022. Contudo, alterações legislativas posteriores introduziram restrições relevantes quanto à manutenção do benefício, especialmente no que se refere ao enquadramento das atividades econômicas (CNAE) elegíveis. Diante desse cenário, a Companhia ajuizou medidas judiciais visando assegurar o direito à manutenção do benefício fiscal pelo prazo originalmente previsto, destacando-se três mandados de segurança em trâmite. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a administração entende que o desfecho dessas ações configura situação de incerteza quanto à plena realização do benefício fiscal. Considerando o estágio atual dos processos judiciais e o grau de incerteza associado, a administração avaliou o tratamento contábil aplicável conforme CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Dessa forma, a Companhia reconheceu os efeitos do benefício fiscal nas demonstrações contábeis no valor de R\$7.994 em 2024, R\$5.209 em 2023 e R\$8.070 em 2022, por entender que existem fundamentos jurídicos que suportam sua aplicação, mantendo monitoramento contínuo dos riscos associados e divulgação adequada da contingência. A administração continuará acompanhando a evolução das discussões judiciais e seus potenciais impactos nas demonstrações contábeis.

21. Custos dos serviços prestados:

		Controladora		Consolidado			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Processamento de Pagamento	(8.450)	(5.500)	(3.597)	(8.530)	(5.529)	(3.597)	
Domínios	(741)	(649)	(710)	(741)	(649)	(710)	
Confecção - Cards	(1.670)	(675)	(499)	(1.670)	(675)	(499)	
Entrega - Cards	(977)	(526)	(597)	(977)	(526)	(597)	
Caixa Embarque	(60)	-	(13)	(60)	-	(13)	
Infraestrutura	(421)	(164)	(155)	(421)	(164)	(155)	
Chargeback	189	(39)	(102)	189	(39)	(102)	
Software	(374)	(374)	(34)	(374)	(374)	(34)	
Custos com Eventos	(1.080)	(858)	(316)	(1.080)	(858)	(316)	
Total	(13.707)	(8.448)	(6.023)	(13.787)	(8.477)	(6.023)	

O aumento dos custos está diretamente relacionado ao crescimento das receitas no período, principalmente nas linhas de processamento de pagamentos, cartões e licenças de software. Adicionalmente, os custos com eventos apresentaram incremento significativo em decorrência da ampliação da oferta de produtos e da contratação de novos fornecedores ao longo dos exercícios.

22. Despesas comerciais:

		Controladora		Consolidado			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Representação	123	140	202	123	140	202	
Despesas	-	-	-	-	-	-	
com Marketing	2.234	2.610	1.983	2.369	2.643	1.983	
Total	2.357	2.750	2.185	2.492	2.783	2.185	

23. Despesas gerais e administrativas:

		Controladora		Consolidado			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Pessoal	(10.376)	(6.897)	(5.053)	(11.871)	(7.364)	(5.053)	
Serviços Prestados	(1.263)	(522)	(558)	(1.887)	(739)	(558)	
Honorários	(295)	(234)	(194)	(295)	(234)	(194)	
Advocacia	(122)	(157)	(147)	(122)	(157)	(147)	
Assessoria Consultoria	(101)	(93)	(77)	(122)	(105)	(77)	
Honorários Contábeis	(97)	(348)	(354)	(158)	(348)	(354)	
Licenciamento de uso	(381)	(330)	(314)	(381)	(330)	(314)	
Ocupação	(31)	(29)	(35)	(78)	(44)	(35)	
Depreciação	(163)	(679)	(344)	(262)	(710)	(344)	
Amortização	(163)	(679)	(344)	(262)	(710)	(344)	
Outras Despesas	(12.829)	(9.289)	(7.076)	(15.176)	(10.031)	(7.076)	
Total	(12.829)	(9.289)	(7.076)	(15.176)	(10.031)	(7.076)	

O aumento das despesas administrativas está relacionado ao crescimento das receitas da Companhia no período, refletindo a necessidade de ampliação da estrutura operacional e administrativa. Esse incremento decorre, principalmente, da contratação de novos colaboradores, da utilização de serviços técnicos especializados e da atualização de contratos, em linha com a expansão das atividades ao longo dos exercícios.

24. Resultado financeiro:

		Controladora		Consolidado			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Rendimento de aplicações financeiras	675	2.531	2.500	677	2.532	2.500	
Juros recebidos	-	-	1	-	-	1	
Variação Monetária	73	-	-	73	-	-	
Total	675	2.604	2.501	678	2.605	2.501	

Juros pagos e despesas bancárias

31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Juros pagos	(8)	(63)	(59)	(12)	(65)	(59)	
Despesas bancárias	(7)	(12)	(11)	(8)	(12)	(11)	
Imposto de Renda	(1)	(16)	(17)	(5)	(16)	(17)	
Total	(16)	(81)	(87)	(25)	(93)	(87)	

Total despesas financeiras

31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Total	659	2.521	2.414	653	2.512	2.414	

25. Imposto de renda e contribuição social:

A administração reconhece os efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado e apresenta a seguinte reconciliação em valores de imposto a ajustar no lucro:

		Controladora		Consolidado			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022		
Lucro antes do imposto de Renda e Contribuição Social	17.732	-	-	17.732	-	-	
Adições	118	-	-	118	-	-	
Despesas não dedutíveis	115	-	-	115	-	-	
Doações	-	-	-	-	-	-	
Exclusões	-	-	-	-	-	-	
Base de cálculo IRPJ e CSLL	17.850	-	-	17.850	-	-	
Compensação 30%	(2.674)	-	-	(2.674)	-	-	
O quota de 15% IRPJ	1.474	-	-	1.474	-	-	
Alíquota adicional de 10% acima de 240	(1.359)	-	-	(1.359)	-	-	
Isenção PERSE IRPJ	1.366	-	-	1.366	-	-	
Isenção PERSE CSLL	(1.241)	-	-	(1.241)	-	-	
Alíquota de 15% IRPJ e CSLL devidas	3%	-	-	3%	-	-	

Controlador

Rafael Camilo Fedrizzi - CPF 159315878-5

contabilidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à divulgação significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, bem como a possibilidade de alteração no resultado relativo de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. 27. Eventos subsequentes: Encerramento do PERSE: Em 24 de março de 2025, a Receita Federal do Brasil anunciou o encerramento do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), em razão do atingimento do limite de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal prevista na legislação aplicável. A Companhia e suas controladas não contaram com o encerramento do PERSE em 31 de dezembro de 2024. A Administração reconhece a validade de determinadas restrições impostas ao programa, alterando o cenário jurídico anteriormente esperado pela Companhia. A Companhia também possui decisão favorável em outro mandado de segurança, que reconhece o direito à fruição do benefício pelo prazo originalmente previsto. As ações judiciais seguem em andamento. Tratamento contábil e avaliação da administração: Os fatos acima descritos ocorreram após 31 de dezembro de 2024, portanto, não considerados eventos subsequentes não ajustáveis, nos termos do CPC 24 - Evento Subsequente, não tendo sido efetuados ajustes nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo naquela data. Em decorrência do encerramento do programa e da existência de discussões judiciais em curso, a Companhia não possui a certeza de que os resultados financeiros relativos ao PERSE por meio de depósitos judiciais a partir de abril de 2025, os quais totalizam aproximadamente R\$ 14 milhões até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a administração entende que o desfecho dos processos judiciais apresenta elevado grau de incerteza, mantendo o acompanhamento contínuo das ações e seus potenciais impactos sobre sua posição patrimonial e financeira.

28. Opinião do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

decorrência dessa limitação, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, obter evidência apropriada e suficiente para determinar os eventuais ajustes e itens de divulgação, se houver, sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 devido a citada limitação. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Outros assuntos: Os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram auditados por nós ou por outro auditor independente. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de fraude pode envolver o dolo de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

Opinião do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

decorrência dessa limitação, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, obter evidência apropriada e suficiente para determinar os eventuais ajustes e itens de divulgação, se houver, sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 devido a citada limitação. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Outros assuntos: Os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram auditados por nós ou por outro auditor independente. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de fraude pode envolver o dolo de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

Opinião do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

de

CNPJ nº 08.713.221/0001-19

campanhas no total. Tal resultado demonstra ganho de participação, fortalecimento comercial e maior capacidade de monetização das nossas plataformas e serviços. O EBITDA totalizou R\$ 28,3 milhões, desempenho R\$ 3,2 milhões superior ao orçado para o período, evidenciando o compromisso da Companhia com a geração de resultados consistentes e com a construção de uma rentabilidade sustentável no longo prazo. Entre as destacaduras operacionais do exercício, ressalta-se a evolução da receita operacional líquida, que atingiu R\$ 10,7 milhões, 10% superior ao planejado. A receita líquida de operação gerou lucro R\$ 31,9 milhões em Receita Bruta, representando crescimento de 48,8% na comparação anual. Também merece destaque as iniciativas de Marketing e Eventos, que contribuíram para o fortalecimento das marcas do grupo e para o aumento do engajamento junto ao mercado. Os projetos como o Evento Casacem, o VIP Day e o Casacem 2025, foram realizados com sucesso. O fortalecimento da estrutura de TI também merece destaque, com a geração de novas oportunidades comerciais e a implementação de soluções tecnológicas para otimizar processos e melhorar a eficiência operacional. É necessária para sustentar o crescimento de longo prazo da Companhia e viabilizar a evolução estratégica, a migração para o modelo de escalabilidade, concluímos a refatoração de sistemas críticos com a adoção de uma nova arquitetura tecnológica, mais robusta, resiliente e preparada para suportar o crescimento futuro. A migração para o modelo de escalabilidade também inclui a implementação da estrutura de Data Lake House, com o objetivo de fortalecer a governança de dados, ampliar a capacidade analítica e suportar futuras avanços de inteligência de negócio. Na frente dos dados, a migração para o modelo de Cards para a Mandat foi executada com sucesso, assegurando a continuidade operacional, maior eficiência logística e manutenção da qualidade de serviço prestado aos clientes. A migração para o modelo de Cards também inclui a implementação de soluções tecnológicas para otimizar a sua maturidade institucional ao longo de 2025, com evolução dos processos de governança

Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
Passivo e patrimônio líquido		Controladora		Consolidado		
Passivo circulante		Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		12	336	235	1.053	262
Obrigações trabalhistas		13	1.970	1.089	2.170	1.248
Obrigações tributárias		14	345	317	416	377
Outros débitos		15	7.785	317	7.785	335
Passivo de contrato		16	26.321	22.190	26.321	22.190
Provisões estimativas		17	3.342	2.719	3.342	2.878
Total do passivo circulante			40.699	26.888	41.464	27.290
Patrimônio líquido						
Capital social		19.1	4.041	1.845	4.041	1.845
Reserva de capital		19.2	8.108	-	3.120	-
Reserva legal		19.4	302	339	308	339
Lucros acumulados			(946)	(2.740)	(2.740)	(4.283)
Total patrimônio líquido			7.023	6.467	7.023	6.467
Total do passivo e patrimônio líquido			47.722	33.355	48.487	33.757

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Pagamento Baseado em Ações	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Lucros (Prejuízos) acumulados
	-	339	(952)	1.075
	-	-	-	157
	-	-	23.424	23.424
	-	-	(18.189)	(18.189)
	-	339	4.283	6.467
	-	-	-	2.196
	-	469	28.625	28.625
	-	-	(469)	-
	-	-	(33.385)	(33.385)
	-	-	-	3.120
1.179	3.120	-	-	-
(1.179)	(1.179)	-	-	-
1.179	1.941	808	(946)	7.023

Insolvidas – Referentes ao exercício findo em 31/12/2025 (Em milhares de reais)

A Companhia pelos serviços prestados e dos tributos incidentes. Consta a Companhia atua predominantemente no mercado de distribuição de energia elétrica, sendo que a atividade principal é a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica em uma condição de agente nessas transações, os valores a serem repassados aos novos não são reconhecidos como receita, mas sim como obrigações perante terceiros. Em contrapartida às obrigações registradas, a Companhia mantém recursos financeiros vinculados a essas operações, representados principalmente por disponibilidades mantidas em contas bancárias, aplicações financeiras e valores a receber de fornecedores e processadores de pagamento e adquirentes de cartão. Esses ativos possuem liquidez compatível com o prazo de vencimento das obrigações, sendo que os recursos são utilizados para o pagamento das obrigações e para suportar os respectivos resgates. O passivo é reconhecido no momento da confirmação da transação e é realizado na plataforma, refletindo a obrigação presente da Companhia de disponibilizar os recursos aos beneficiários. Os ativos correspondentes são reconhecidos simultaneamente pelo valor dos recursos recebidos ou a receber dos intermediários financeiros envolvidos na operação, os valores permanecem disponíveis na carteira virtual dos novos até sua solicitação de resgate, observados os prazos de validade das carteiras virtuais. Os recursos são mantidos em uma modalidade de aplicação que não é temporariamente bloqueados para fins de conciliação financeira, processamento operacional e atendimento ao cliente.

Os procedimentos de prevenção e monitoramento de riscos, incluindo verificações relacionadas à autenticidade das transações e prevenção a fraudes, os ativos e passivos relacionados a essas operações são representados separadamente no balanço patrimonial, refletindo os recursos vinculados à liquidação das operações.

Ativos e passivos assumidos pela Companhia perante os usuários da plataforma. A compensação entre ativos e passivos é realizada no momento em que o usuário efetua uma operação de compra ou venda, considerando o líquido dos saldos de forma líquida ou simultânea, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis; **J. Dúvidas atas circulares e não circulares:** Um ativo é reconhecido no balanço quando há disponibilidade de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que gere benefícios econômicos para a entidade. Os critérios para reconhecer um ativo são: (i) a existência de uma obrigação aplicada, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, aferidos até as datas dos encerramentos dos exercícios; **K. Emprestimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, medidos pelo custo amortizado. O custo amortizado é determinado utilizando o método do juro incorrido (pro rata temporis). Qualquer diferença entre os valores capitais (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidização é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivos de curto prazo quando o vencimento ocorre dentro de 12 meses após a data de liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **L Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações.

[illegible][illegible]

contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contábeis de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considerou os seguintes fatores:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa. Por exemplo, passagens aéreas pagas à taxa contratada e a taxa atualizada.
- O pagamento antecipado de dividendos por meio de ações da companhia em troca de valores que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por termos, que possibilitam a performance de um evento). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos de principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela perda de oportunidade de obter o benefício econômico adicional decorrente da redução do valor nominal do contrato menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros acumulados (que também pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento contábil.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente a ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment.

A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairments* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a prazo

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Instrumentos de dívida a curto prazo

base inicial, ainda sem elementos suficientes para a Administração concluir sobre a probabilidade de perda ou otimizar, de forma concluída, eventual impacto econômico-financeiro decorrente do caso. Companhia está acompanhando o tema com o suporte de seus assessores jurídicos e adotará as medidas cabíveis para a defesa de seus interesses. **7. Perspectivas para 2026:** O ano de 2026 será decisivo para a preparação da Companhia para a consolidação do seu ecossistema de negócios, com foco na construção das bases tecnológicas, operacionais e de governança que sustentarão a próxima etapa de crescimento. Entre os principais objetivos estratégicos para o exercício, destacam-se a integração de Casar e AV como uma única empresa, a consolidação da arquitetura de tecnologia e dados, o lançamento de MVPs estruturantes nas frentes de Fornecedores e Fintech, a institucionalização de processos, SLAs e governança, o fortalecimento da estrutura de governança corporativa e o desenvolvimento de mecanismos de inteligência e dados que concluíam a estruturação do Data Lake. O crescimento da companhia dependerá da capacidade de integrar e alinhar as estratégias de negócios e desenvolvimento de mecanismos de inteligência e dados que concluíam a estruturação do Data Lake. O desenvolvimento de mecanismos de inteligência e dados que concluíam a estruturação do Data Lake. O desenvolvimento de mecanismos de inteligência e dados que concluíam a estruturação do Data Lake. O desenvolvimento de mecanismos de inteligência e dados que concluíam a estruturação do Data Lake.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas					
para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do IR e CS		28.625	23.424	28.625	23.424
justas para reconciliar o resultado às disposições geradas pelas atividades operacionais					
depreciação do imobilizado	23	42	31	42	31
amortização de intangíveis	9	(27)	(166)	-	47
resultado da equivalência patrimonial	9	(23)	(166)	-	-
opções outorgadas reconhecidas	19.4	3.120	-	3.120	-
constituição (Reservado) de provisões	17	603	2.740	841	2.878
Aumento (redução) das contas do ativo					
contas a receber	5	5.1770	12.473	1.802	12.469
impostos a recuperar	6	(47)	26	(97)	26
ativos de capital	7	(3.971)	(24.828)	(3.971)	(24.828)
outros créditos	7	(469)	21	(431)	(12)
depósitos judiciais	8	(5.258)	-	(5.258)	-
Aumento (redução) das contas do passivo					
fornecedores	12	700	(204)	791	(219)
obrigações trabalhistas	13	881	(1.022)	922	(1.088)
obrigações tributárias	14	306	20	436	54

investimentos em ações	-	(278)	-	(397)	-
e contribuição social pagos	15	(309)	(9.998)	(327)	(9.980)
outros débitos	16	4.131	7.192	4.131	7.192
passivo de contrato					
fluxo de caixa originados		29.819	9.719	30.276	9.993
das atividades operacionais					
atividades de investimentos					
quisição de investimento	9	42	(1.000)	(32)	(1.000)

	10	(281)	(42)	(281)	(42)
quisição da intangível					
fluxo de caixa aplicado em atividades					
de investimento		(239)	(42)	(281)	(42)
atividades de financiamento					
umento de capital social	19.1	2.196	157	2.196	157
ortamento de principal de empréstimos		-	(114)	-	(114)
istribuição dos dividendos	19.3	(25.608)	(18.189)	(25.608)	(18.189)
fluxo de caixa aplicado nas atividades					
de investimento		(23.412)	(18.146)	(23.412)	(18.146)
Redução) aumento de caixa		6.168	(8.469)	6.583	(8.195)
e equivalentes de caixa					
caixa e equivalente de caixa					
no início do período	4	2.556	11.025	3.048	11.243
caixa e equivalente de caixa					
no final do período	4	8.724	2.556	9.631	3.048
Redução) aumento de caixa		6.168	(8.469)	6.583	(8.195)
e equivalentes de caixa					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

utilização das taxas fiscais e o método linear para contabilização da depreciação. **11. Intangível Controlado): 11.1 Intangível (Agió):** As movimentações do custo e da amortização do intangível (Agió) nos exercícios findos em 31/12/2025, estão demonstradas nas tabelas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atas Participações Ltda. (i)	3.285	3.285	3.285	3.285
outros intangíveis	-	-	42	89
total	3.285	3.285	3.327	3.374

O Saldo decorrente ao Ativo (goodwill) referente a empresa Cawi Participações Ltda., incorporada pela Companhia em 2022. As movimentações do custo e da amortização do intangível nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024, estão demonstradas nas tabelas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
quisições	-	-	-	-
amortização no período	-	-	-	(46)
saldo em 31/12/2024	-	-	3.285	3.374
quisições	-	-	-	-
amortização no período	-	-	-	(47)
saldo em 31/12/2025	-	-	3.285	3.327

2. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
diversos	936	235	1.053	262
total	936	235	1.053	262

composto basicamente por fornecedores de serviços de conexões e entrega de cartas e outros, remanejamento de serviço de consultoria e de assessoria jurídica, gastos com marketing, ocupação e outros serviços necessários para o desenvolvimento da atividade da Companhia. O acréscimo significativo nas dívidas em 2025 deve-se aos pagamentos efetuados a fornecedores em decorrência do Evento Casa 026, o qual se realiza anualmente no mês de maio.

3. Fornecedoristas e sociais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
alíquotas a pagar	466	155	508	177
trabalho a pagar	8	24	8	56
RRF sobre folha de pagamento	258	178	296	212
ISS a recolher	230	124	271	144
CSA a recolher	73	37	79	41
provisão de férias e encargos	925	971	1.007	618
total	1.970	1.089	2.170	1.248

a variação observada entre os exercícios decorre, substancialmente, do aumento do quadro de colaboradores ao longo do período, o que resulta na elevação das despesas com remuneração e dos respectivos encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. Consequentemente, as dívidas apresentadas em 31/12/2025 refletem o crescimento da estrutura operacional da Companhia em comparação ao exercício anterior.

4. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CSA a recolher	247	175	258	189
impostos a recolher	-	-	29	21
ISS a recolher	-	-	6	5
PPJ a recolher	58	59	75	73

SLA a recolher	21	72	29	79
RRE a recolher	6	6	8	8
RRE a recolher	13	3	13	2
	345	317	416	377
5. Outros débitos:				
	Controladora	Consolidado		
	31/12/25	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Delegat a pagar				
Delegat a pagar	8	13	8	13
Particip de crédito a pagar		145		163
stock options		82		82
Acetate defendida				
	7.777	7.777		
Devidos a pagar (II)	7.778	317	7.778	335

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 19.3, o saldo registrado em 31/12/2025 refere-se à obrigação decorrente da distribuição de lucros deliberada em Assembleia Geral realizada em 30/12/2025. A liquidação financeira está prevista para ocorrer no exercício de 2026. **Ativo e passivo de longo prazo** da Companhia são intermediária de transações realizadas no meio de plataforma de liquidação de marketplace, permitindo que terceiros efetuem contribuições financeiras destinadas aos novos acionistas na plataforma. Em razão desse modelo operacional, determinados recursos financeiros recebidos transitam temporariamente sob gestão da Companhia até sua efetiva disponibilização aos respectivos beneficiários, observados os procedimentos operacionais, prazos de liquidação e controles internos da Companhia. Os saldos apresentados neste subitem representam os recursos financeiros passivos caracterizados decorrentes dessas operações de intermediação, não constituindo recursos próprios da Companhia nem geral, por si só, receita adicional além da remuneração pelos serviços de intermediação prestados, a qual é recondiada de acordo com a política contábil descrita na Nota 30.0, *Receita e Despesa*.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
análises realizadas em sua plataforma, os recursos mantidos temporariamente em contas bancárias, aplicações financeiras ou junto a processadores de pagamento possuem obrigação correspondente registrada no passivo, refletindo valores devidos aos usuários da plataforma e demais participantes do sistema operacional.				
Ativo de contrato				
Adiantos e aplicações (I)	2.351	5.809	2.351	5.809
Adiantos a receber (II)	22.449	19.070	22.449	19.070
Total	28.800	24.879	28.800	24.879
Passivo de contrato				
Créditos de Novos (iii)	23.811	20.362	23.811	20.362
Adiantos de Novos (travados 3 dias) (iv)	1.913	1.366	1.913	1.366
Adiantos GoVols (v)	33	42	33	42
Adiantos Brantire a pagar (ii)	564	470	564	470
	26.321	22.190	26.321	22.190

Correspondem aos recursos financeiros recebidos pela Companhia em nome de terceiros, mantidos temporariamente em contas bancárias e aplicações financeiras até a sua disponibilização aos respectivos beneficiários da plataforma. Tais valores possuem contrapartida em obrigações registradas no passivo e não representam recursos de livre utilização pela Companhia. (ii) Referem-se a valores em trânsito junto aos processadores de pagamento e a débitos de cartão, cujo recebimento pela plataforma já ocorreu economicamente, mas cuja liquidação financeira ainda se encontra pendente na conta-básica. Esses montantes possuem contrapartida correspondente em obrigações a liquidar.

recolha de presentes convertidos em recursos financeiros e ainda não resgatados ou transferidos aos respectivos beneficiários até a data-base. (ii) Referem-se aos valores recebidos pela plataforma que permanecem temporariamente bloqueados para fins de validação operacional, conciliação financeira e procedimentos internos de prevenção e monitoramento de riscos, incluindo verificações relacionadas à fraude e à lavagem de dinheiro. (iii) Referem-se aos valores recebidos pela plataforma e atribuídos aos beneficiários em até três dias úteis. (v) Correspondem aos créditos vinculados ao programa de benefícios e incentivos da plataforma, representando obrigações assumidas pela Companhia perante os usuários participantes do ecossistema digital e que poderão ser utilizados conforme as condições estabelecidas nos respectivos programas. Para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras, os dados foram reclassificados entre os exercícios de 2023 e 2024, para refletirem as alterações nos controles das rubricas "caixa e bancos", "aplicações financeiras" e "bônus a receber" para a conta de resultados da Companhia. A referência reclassificação decorre da segregação dos montantes da Companhia dos valores relacionados à lista de presentes.

7. Provisões e estimativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Provisão Prêmio (i)	2.415	2.512	2.777	2.650
Provisão para pagar (ii)	927	728	942	728
Total	3.342	3.240	3.719	3.378

A Companhia constitui provisão para pagamento de premiação no caso de exercício, com base no valor estabelecido com os acionistas e para garantir o reconhecimento do modelo de contrato variável entre metas ligadas ao resultado corporativo, metas individuais e nível de avaliação de competência. Para efeito de apuração dessa provisão, a Companhia acompanha e avalia ao longo de um ano o progresso das metas. As demais provisões representam obrigações decorrentes de processos judiciais em andamento. Os 325,40 documentos fiscais serão emitidos somente no exercício de 2025. A composição dos saldos apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
trovação IRRF sobre Premia - 2024	-	-	228	228
trovação Honorários Advocatícios	460	460	-	-
trovação Sonoridades com entrega Cards	960	960	-	-
trovação Prestados - 2023	76	91	-	-
trovação Auditoria - 2023	67	67	-	-
Total	927	228	927	228

6. Provisão para contingências: Com base na avaliação da Administração e nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos, a Companhia entende que não existem processos civis, criminais ou administrativos em curso de perita classificação capazes de gerar provisão significativa para impactar suas demonstrações contábeis em 31/12/2023 e 2024. Dessa forma, concluiu-se que não havia necessidade de constituir provisão para contingências nessas datas.

Programa Emergencial de Retenção do Setor de Eventos (PERSE): A Companhia usufrui dos benefícios fiscais previstos na Lei nº 14.148/2023, que instituiu o Programa Emergencial de Retenção do Setor de Eventos (PERSE) no Brasil, sob o regime de suspensão temporária de recolhimento de IRLS, PIS e Cofins pelo prazo originalmente estabelecido de 24 meses. Ao longo dos exercícios de 2023, 2024 e 2025 foram editadas diversas normas que alteraram substancialmente as condições originalmente previstas para fruição do benefício, incluindo restrições relacionadas aos CNAsE elegíveis, exigência de habilitação prévia perante a Receita Federal do Brasil, alteração das regras de aplicação de IRLS e inclusão de limite de retenção fiscal de R\$ 140,0 milhões. A Receita Federal do Brasil anunciou o encerramento do PERSE a partir de abril de 2025, em razão do término do limite de RS 15 bilhões de renúncia fiscal previsto na legislação. Diante das alterações legislativas e regulamentares ocorridas, a Companhia adotou medidas judiciais visando assegurar o cumprimento integral do benefício fiscal nos termos da Lei nº 14.148/2023. Entretanto, devido ao fato de estar sendo tratada em trâmite processos em tramitação que discutem, entre outros temas, a antecipação antecipada do benefício, as restrições impostas aos CNAsE elegíveis e a aplicação do limite

A Administração						
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas						
para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Controladora			Consolidado		
Notas	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	
Resultado antes do IR e CS		28.625			28.625	23.424
justas para reconciliar o resultado as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais						
representação do imobilizado	23	23	42	31	42	31
montação de intangíveis	23	-	-	-	47	47
redução da equivalência patrimonial	9	(27)	(166)	-	-	-
ações outorgadas reconhecidas	19.4	3.120	-	3.120	-	-
constituição (Reservado) de provisões	17	603	2.740	841	2.878	
Aumento/ redução das contas do ativo						
contas a receber	5	1.770	12.473	1.802	12.469	
impostos a recuperar	6	26	(47)	-	26	
ativo de controle	7	(3.971)	(24.829)	(3.971)	(24.829)	
créditos	7	(469)	21	(431)	(12)	
depósitos judiciais	8	(5.258)	-	(5.258)	-	
redução (aumento) das contas do passivo						

Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	6.168	(8.469)	6.583	(8.195)
de caixa e equivalente de caixa				
no início do período	4	2.556	11.025	3.048
caixa e equivalente de caixa				
no final do período	4	8.724	2.556	9.631
Redução aumento				
de caixa e equivalentes de caixa	6.168	(8.469)	6.583	(8.195)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Utilização das taxas fixas e o método linear para contabilização da depreciação. **11. Intangível**

Controladora: 11.1 Intangível (Agio): As movimentações do custo e da amortização do intangível (Agio) nos exercícios findos em 31/12/2025, estão demonstradas nas tabelas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
awj Participações Ltda. (I)	3.285	3.285	3.285	3.285
ativos intangíveis			42	89
	3.285	3.285	3.707	3.374

O Saldo decorrente ao Agio (goodwill) pertence a empresa Cawi Participações Ltda., incorporada pela companhia em 2022. As movimentações do custo e da amortização do intangível nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024, estão demonstradas nas tabelas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	466	155	509	177
Trabalho a pagar	8	24	8	56
RRF sobre folha de pagamento	258	178	296	214
VSS a recolher	230	124	271	142
CVS a recolher	73	37	79	41
Provisão de férias e encargos	935	571	1.018	618
	1.970	1.068	2.110	1.248

A variação observada entre os exercícios decore, substancialmente, do aumento do quadro de empregados ao longo do período, o que resultou na elevação das despesas com remuneração e dos respectivos encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. Consequentemente, os saldos apresentados em 31/12/2015 refletem o crescimento da estrutura operacional da Companhia em comparação ao exercício anterior.

4. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos a recolher	247	175	258	189
Contribuições a recolher	-	-	29	21
CVS a recolher	-	-	6	5
RPJ a recolher	58	59	75	73

	Controladora		Consolidado	
ativo de controle	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Ativos e aplicações financeiras (i)	2.351	5.809	2.351	5.809
Ativos a receber (ii)	26.449	19.070	26.449	19.070
total	28.800	24.879	28.800	24.879
passivo de controle				
Reservas Novos (iii)	23.811	20.362	23.811	20.362
Novos (travados 3 dias) (iv)	1.913	1.366	1.913	1.366
Ativos a receber (v)	43	43	43	43
Carta Brantier e pagaré (vi)	564	420	564	420
total	26.321	22.190	26.321	22.190

(i) Correspondem aos recursos financeiros recebidos pela Companhia em nome de terceiros, mantidos temporariamente em contas bancárias e aplicações financeiras até a sua disponibilização aos beneficiários das operações de prevenção à fraude.

(ii) Correspondem aos recursos financeiros recebidos pela Companhia em nome dos beneficiários das operações de prevenção à fraude e não representam recursos de livre utilização pela Companhia. (iii) Referência a valores em trânsito junto aos processadores de pagamento e adquirentes de cartão, cujo recebimento pela companhia já ocorreu economicamente, mas cuja liquidação financeira ainda se encontrava pendente na data-base. Esses montantes possuem contrapartida correspondente em operações a liquidar.

(iv) Correspondem aos valores mantidos pela Companhia em nome dos novos usuários da plataforma, em decorrência de pagamentos realizados em recursos financeiros de terceiros, porém não sendo respectivos beneficiários até a data-base. (v) Referência-se aos valores recebidos pela plataforma que permanecem temporariamente bloqueados em fase de validação operacional, conciliação financeira e procedimentos internos de prevenção e monitoramento de riscos, incluindo verificações relacionadas à utilidade das operações e prevenção à fraude. Em condições normais de operação, tais valores são transferidos aos beneficiários em até três dias úteis. (vi) Correspondem aos créditos emitidos em nome de beneficiários e incentivos da plataforma, representando obrigações assumidas pela Companhia perante usuários participantes do ecossistema digital e que poderão ser utilizados conforme as condições estabelecidas nos respectivos programas. Para fins de melhor apresentação das demonstrações contábeis e de comparabilidade entre os exercícios de 2023 e 2024, foram reclassificados parte dos valores relativos a cartões de crédito e cartões de débito em "Ativos a receber" para a categoria de ativos de controle. A referência classificatória decorre da segregação dos montantes da Companhia dos valores relacionados à lista de presentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
trovação IRRF sobre Premia - 2024	460	460	460	460
trovação Honorários Advocatícios	960	960	960	960
trovação Sonoridades com entrega Cards	460	460	460	460
trovação Prestados - 2023	960	960	960	960
trovação Auditoria - 2023	460	460	460	460
Total	927	928	927	928

6. Provisão para contingências: Com base na avaliação da Administração e nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos, a Companhia entende que não existem processos civis, criminais ou administrativos com risco de perda classificados como contingência para a Companhia. Impactar suas demonstrações contábeis em 31/12/2023 e 2024. Dessa forma, concluiu-se que não havia necessidade de constituir provisão para contingências nessas datas. **Programa Emergencial de Retenção do Setor de Eventos (PERSE):** A Companhia usufruiu dos benefícios fiscais previstos na Lei nº 14.148/2023, que instituiu o Programa Emergencial de Retenção do Setor de Eventos (PERSE), na forma do Anexo II, alínea "b" do Anexo I, do RSL, PSL e Orlife pelo prazo originalmente estabelecido, em 2023 e 2024. Nos meses. Ao longo dos exercícios de 2023, 2024 e 2025 foram editadas diversas normas que alteraram substancialmente as condições originalmente previstas para fruição do benefício, incluindo restrições relacionadas aos CNAEs elegíveis, exigência de habilitação prévia perante a Receita Federal do Brasil, do RSL, PSL e Orlife, e proibição de inclusão de limite de renúncia fiscal de R\$ 14,4M/2025. A Receita Federal do Brasil anunciou o encerramento do PERSE a partir de abril de 2025, em razão do término do limite de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal previsto na legislação. Diante das alterações legislativas e regulamentares ocorridas, a Companhia adotou medidas judiciais visando assegurar o usufruto do benefício fiscal no valor de R\$ 14,4M/2025. Entretanto, considerando o prazo de validade do benefício sendo três Mandados de Segurança em tramitação que discutem, entre outros temas, a antecipação antecipada do benefício, as restrições impostas aos CNAEs elegíveis e a aplicação do limite

Continuação.

global de renúncia fiscal. Em agosto de 2025 foi proferida decisão de mérito no Mandado de Segurança nº 5022724-41.2024.4.03.6100 reconhecendo a validade de determinadas restrições introduzidas pela Lei nº 14.859/2024. Por outro lado, a Companhia mantém decisão favorável obtida no Mandado de Segurança nº 5007649-02.2024.4.03.6100, que reconhece, em caráter geral, o direito à fruição do benefício pelo prazo originalmente previsto. Em decorrência da existência das discussões judiciais em curso, a Companhia passou a realizar, a partir/04/2025, depósitos judiciais dos tributos anteriormente abrangidos pelo PERSE, os quais totalizavam R\$ 5.258 em 31/12/2025, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que existem fundamentos jurídicos relevantes que suportam a manutenção do benefício fiscal originalmente concedido, motivo pelo qual não foi constituída provisão relacionada a essa matéria em 31/12/2025. A Companhia reconheceu benefícios fiscais relacionados ao PERSE no montante de R\$ 1.747 em 2025, R\$ 1.994 em 2024, R\$ 5.209 em 2023 e R\$ 8.070 em 2022, cuja manutenção permanece vinculada ao desfecho das discussões judiciais em curso. Dessa forma, a exposição financeira potencial associada a essas controvérsias corresponde aos benefícios fiscais reconhecidos nos exercícios abrangidos pelas respectivas ações judiciais. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Administração concluiu que a perda não é provável na data-base das demonstrações financeiras, permanecendo classificada como contingência de perda possível, nos termos do **CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Considerando a existência de discussões judiciais ainda pendentes de decisão definitiva e a possibilidade de entendimentos divergentes pelas autoridades administrativas e judiciais competentes, a Administração mantém o acompanhamento contínuo dos processos e de suas potenciais impactos sobre a posição patrimonial, financeira e os resultados da Companhia. **19. Patrimônio líquido: 19.1 Capital social:** Em 31/12/2024, o capital social da Companhia era de R\$ 1.845, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.845.304 (um milhão, oitocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31/12/2025, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 1.845 para R\$ 2.637, passando a ser dividido em: (a) 1.845.304 (um milhão, oitocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (b) 110.718 (cento e doze mil, setecentas e dezoito) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto. Em 31/12/2025, foi aprovado novo aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.404 elevando o capital social de R\$ 2.637 para R\$ 4.041, mediante a emissão de 212.443 (duzentas e doze mil, quatrocentos e quarenta e três) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, conforme os respectivos instrumentos de opção de compra de ações firmados com os beneficiários do Plano de Opção de Opções de Compra de Ações da Companhia, arquivado em sua sede.

Acionistas	Participação (%)	31/12/2025
Lucabe Participações	55,66%	1.207
Fabio Novaes de Camilo	19,72%	1.109
Paula Perez Raimo	11,84%	763
Amabely Pereira	3,98%	130
Maycon Santos Correia	3,98%	130
Nyckolas Mammama Moqueadec	0,85%	121
Rodrigo Rocha Nery	0,94%	133
Mariana Saraiva dos Santos	0,68%	100
Marcelo D'Alfonso	1,33%	192
Vanessa Mello Rocha	0,51%	78
Ingrid Cristini Ambrosio	0,26%	39
Thianny Sarda Cunha	0,26%	39
Total	100%	4.041

19.2 Reserva legal: A Reserva Legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social e conferir maior solidez financeira à Companhia, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital, vedada sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido das reservas de capital, exceder 30% do capital social. Em 31/12/2025, o saldo da conta de Reserva Legal era de R\$ 808.

19.3 Distribuição de lucros: A destinação dos lucros apurados em encerramento de exercício social, ou em balançotes intermediários e periódicos, é deliberada pelos sócios conforme estabelecido no estatuto social. A distribuição de resultados observa a proporção pactuada entre as partes, sendo permitida a distribuição desproporcional à participação no capital social, desde que observada a vedação à exclusão de qualquer sócio da participação nos lucros ou perdas, em estrita conformidade com o Artigo 1.008 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

Lucros distribuídos em 2025	31/12/2025
Sócios	
Lucabe Administração e Participações	19,902
Fabio Novaes de Camilo	6,687
Paula Perez Raimo	3,362
Amabely Pereira	1,348
Maycon Santos Correia	1,348
Marcelo D'Alfonso	203
Rodrigo Rocha Nery	143
Nyckolas Mammama Moqueadec	130
Mariana Saraiva dos Santos	104
Vanessa Mello Rocha	78
Ingrid Cristini da Silva Garcia Ambrosio	39
Thianny Sarda Cunha	39
Total	33.383

O lucro distribuído no exercício de 2025 totalizou R\$ 33.383. Desse montante, R\$ 25.608 foram pagos no período e R\$ 7.777 serão pagos no exercício de 2026, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30/12/2025. Do Lucro líquido do exercício, será destinado, após a dedução da reserva legal e ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A., 10% (dez por cento), para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas. Efetuada a destinação do valor à reserva legal, a atenção à distribuição prevista no parágrafo anterior, os lucros que excederem terão a destinação que vier a ser definida pela Assembleia Geral. **19.4 Pagamento baseado em ações:** A Companhia mantém Plano de Opção de Compra de Ações destinado a administradores e colaboradores elegíveis, com o objetivo de alinhar os interesses dos participantes à geração de valor e ao crescimento dos negócios da Companhia no longo prazo. O plano prevê a concessão de opções para aquisição de ações de emissão da Companhia, mediante celebração de contratos individuais com os participantes, observadas condições de permanência e desempenho previamente estabelecidas. As opções concedidas são divididas em tranches sujeitas a cronogramas de aquisição de direitos (vesting), condicionados cumulativamente à permanência do beneficiário na Companhia durante os períodos contratualmente definidos e ao atingimento de metas de desempenho estabelecidas para cada etapa do plano. As opções ainda não adquiridas (non-vested) são automaticamente extintas quando as respectivas condições de aquisição deixam de ser atendidas, inclusive em determinadas hipóteses de desligamento dos beneficiários previstas contratualmente. Após o exercício das opções, as ações adquiridas permanecem sujeitas às restrições de negociação previstas no plano e nos respectivos contratos individuais.

Em conformidade com o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, a Companhia reconhece os serviços recebidos dos beneficiários como despesa ao longo do período de aquisição dos direitos (vesting), tendo como contrapartida uma conta de Reserva de Capital - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo das opções outorgadas é mensurado na data da concessão (grant date), utilizando técnicas de avaliação apropriadas para instrumentos com características semelhantes, considerando, entre outros fatores, o valor econômico da Companhia, o preço de exercício contratualmente definido, os prazos contratuais para exercício, a volatilidade estimada e as restrições aplicáveis à negociação das ações. As condições de permanência e as condições de desempenho não relacionadas ao mercado não são incorporadas à mensuração do valor justo na data da outorga, sendo consideradas na estimativa da quantidade de instrumentos patrimoniais que se espera que venham efetivamente a adquirir direito, conforme previsto no CPC 10 (R1). **Movimentação da reserva de pagamento baseado em ações:**

Controladora e Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024	3.177	
Despesa reconhecida no exercício	3,177	
Reversão decorrente de cancelamentos e perda de direitos	(57)	
Despesa de remuneração baseada em ações	3.120	
Transferência para capital social e reserva de capital decorrente do exercício de opções	(1.179)	
Saldo em 31/12/2025	1.941	

Durante o exercício findo em 31/12/2025, a Companhia reconheceu despesa de remuneração baseada em ações no montante de R\$ 3.120, registrada em contrapartida à conta Reserva de Capital - Pagamento Baseado em Ações no patrimônio líquido. Adicionalmente, durante o exercício foram exercidas opções anteriormente concedidas no âmbito do plano. Em decorrência da emissão das ações correspondentes, parcela da reserva de pagamento baseado em ações foi realocada para as rubricas patrimoniais definitivas relacionadas à subscricao e emissão das ações. Tal realocação não produziu efeitos no resultado do exercício, uma vez que a correspondente despesa de remuneração já havia sido reconhecida ao longo dos respectivos períodos de aquisição dos direitos (vesting).

Quantidade de opções:

Controladora e Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Opções em aberto em 31/12/2024		
Opções outorgadas durante o exercício	276.335	
Opções exercidas durante o exercício	(212.443)	
Opções canceladas ou perdidas	(6.074)	
Saldo em aberto em 31/12/2025	58.818	

Em 31/12/2025, as opções remanescentes permaneceram sujeitas às condições previstas no plano e nos respectivos contratos individuais, incluindo requisitos de permanência, desempenho e demais condições para aquisição definitiva dos direitos. **20. Partes relacionadas: a) Operações com o pessoal-chave da administração: Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante os exercícios findos em 31/12/2025, foi a seguinte:

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração anual		
Pró-labore	241	871
Encargos	48	174
Total	289	1.045

b) Outros saldos com partes relacionadas: A Empresa possui registrado dividendos a distribuir no valor de R\$ 7.777 em 31/12/2025 (Vide Nota Explicativa nº 15).

21. Receita operacional líquida:

Controladora	31/12/2025	31/12/2024		
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Taxa básica	22.428	15.882	22.428	15.882
Parcelamento	23.351	16.557	23.351	16.557
Cards	31.851	21.269	31.851	21.269
Plano	233	197	233	197
Eventos	75	48	75	48
SaaS	1.139	841	1.139	841
Total receita bruta	78.050	54.821	83.174	57.964
PIS	-	-	(68)	(52)
Cofins	-	-	(314)	(238)
Total	(3.930)	(2.735)	(4.051)	(2.829)
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
(3.930)	(2.735)	(4.051)	(2.829)	
Total	75.120	52.086	78.731	54.844

A receita líquida da Companhia apresentou crescimento de 46,6% em relação aos exercícios anteriores. Tal desempenho decorre principalmente das receitas advindas de lista e venda de cards, e foram resultado principalmente da intensificação e do aprimoramento das estratégias de marketing implementadas ao longo do exercício, os quais contribuíram para o incremento das vendas e para a ampliação da base de clientes. A Companhia reverteu anualmente seu planejamento estratégico para o negócio siga em um crescimento sustentável tanto nas linhas de receita atuais quanto em novas linhas potenciais de resultado. A carga tributária incidente sobre as operações não acompanhou, de forma proporcional, o crescimento da receita. Essa situação é explicada pelo enquadramento da Companhia no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que concede benefícios fiscais aplicáveis à apuração dos tributos incidentes sobre a receita. Para informações adicionais, consultar a Nota Explicativa nº 3(c) - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

22. Custos dos serviços prestados:

Controladora	31/12/2025	31/12/2024		
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Processamento de pagamentos	11.795	16.450	11.795	16.450
Confecção dos cards	(3.164)	(1.670)	(3.164)	(1.670)
Entrega dos cards	(1.570)	(977)	(1.570)	(977)
Caixa embarque	(59)	(60)	(59)	(60)
Domínio	(694)	(741)	(694)	(741)
Infraestrutura	(491)	(421)	(491)	(421)
Softwares	(309)	(497)	(498)	(497)
Cashback	(18)	-	(18)	-
Chargebacks	(26)	189	(26)	189
Custos com eventos	(1.571)	(1.080)	(1.570)	(1.080)
Total	(19.687)	(13.707)	(20.150)	(13.787)

O aumento dos custos observados no período está diretamente relacionado ao crescimento das receitas da Companhia, refletindo, principalmente, a elevação dos gastos com processamento de pagamentos, cartões e licenças de software, os quais possuem correlação direta com o volume de operações realizadas. Adicionalmente, os custos relacionados à realização de eventos apresentaram incremento significativo em comparação aos exercícios anteriores, em decorrência da contratação de novos fornecedores ao longo do período, fatores que contribuíram para o aumento da estrutura operacional necessária ao desenvolvimento das atividades.

23. Despesa gerais e administrativas:

Controladora	31/12/2025	31/12/2024		
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Pessoal	(12.273)	(8.767)	(13.967)	(10.018)
Encargos sociais	(2.608)	(1.609)	(2.939)	(1.853)
Serviços Prestados - PJ	(3.185)	(1.263)	(3.796)	(1.887)
Serviços Prestados - PF	(195)	-	(195)	-
Honorários advocatícios	(1.322)	(295)	(1.322)	(295)
Honorários contábeis	(147)	(101)	(172)	(122)
Auditoria, assessoria e consultoria	(996)	(122)	(996)	(122)
Licenciamento de uso de programa	(627)	(97)	(665)	(158)
Ocupação	(412)	(381)	(412)	(381)
Depreciação e amortização	(42)	(31)	(89)	(78)
Outros gastos administrativos	(313)	(163)	(337)	(262)
Total	(22.120)	(12.829)	(24.890)	(15.176)

O aumento das despesas administrativas observado no período está associado ao crescimento das operações e das receitas da Companhia, demandando a ampliação de sua estrutura operacional e administrativa. Esse incremento decorre, principalmente, da contratação de novos colaboradores, da utilização de serviços técnicos especializados e da revisão e atualização de contratos de prestação de serviços, em consonância com a expansão das atividades e com as necessidades de suporte à operação ao longo dos exercícios analisados.

24. Outras receitas (despesas) operacionais:

Controladora	31/12/2025	31/12/2024		
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Outras Recuperações de Despesas (i)	198	-	198	-
Outras - Stock Options (ii)	-	(39)	-	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	-
Total outras receitas	227	(39)	227	-

(i) As outras recuperações de despesas referem-se, primordialmente, a bonificações ou descontos comerciais obtidos sobre as taxas operacionais da plataforma PayPal, reconhecidos conforme o regime de competência. (ii) Opção ao Programa de Stock Options.

25. Resultado financeiro:

Controladora	31/12/2025	31/12/2024		
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Rendimento de aplicações financeiras	688	675	728	677
Descontos e juros recebidos	1	-	1	1
Atualizações monetárias	6	-	6	-
Total	695	675	735	678

Total receitas financeiras

Controladora	31/12/2025	31/12/2024		
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Juros e multa	(51)	(8)	(63)	(12)
IOF	(5)	(1)	(5)	(5)
Despesas financeiras	(9)	(7)	(9)	(8)
Total receitas financeiras	(65)	(16)	(77)	(29)

Total

Controladora	31/12/2025	31/12/2024	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
630	659	658	653

26. Imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Lucro Presumido - Controladora	31/12/2025	31/12/2024		
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Base de cálculo IRPJ e CSLL	624	1.670	624	1.670
Alíquota de 15% IRPJ	94	251	94	251
Alíquota adicional de 10% acima de 240	56	143	56	143
Alíquota de 9% CSLL	56	150	56	150
Total do IRPJ e da CSLL devidos	206	544	206	544

Lucro Real - Controlada

Controladora	31/12/2025	31/12/2024		
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	136	190	136	190
Adições	375	139	375	139
Despesas Indevidáveis	1	1	1	1
Provisão Serviços PJ	13	-	13	-
Provisão Premio	362	138	362	138
Exclusões	(138)	-	(138)	-
Estorno Provisão Premio	(138)	-	(138)	-
Compensação 30%	(46)	-	(46)	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	373	283	373	283
Alíquota de 15% IRPJ	56	42	56	42
Alíquota adicional de 10% acima de 240	19	7	19	7
Alíquota de 9% CSLL	34	25	34	25
Total do IRPJ e da CSLL devidos	109	74	109	74

27. Instrumentos financeiros e riscos: Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou operações com outros ativos de risco. A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31/12/2025 e 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Controladora

31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Instrumentos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	8.724	2.556	9.631	3.048
Contas a receber	447	2.217	501	2.303
Ativos de contratos	28.800	24.829	28.800	24.829
Total	37.971	29.602	38.932	30.180

Passivos

Controladora	31/12/2025	31/12/2024		
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Fornecedores	936	235	1.053	262
Passivo de contratos	26.321	22.190	26.321	22.190
Total	27.257	22.425	27.374	22.452

Os valores de instrumentos financeiros mensurados no custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos. **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e**

aplicações financeiras vinculadas: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo. **Contas a receber e fornecedores:** Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas. **a) Fatores de riscos:** A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco de taxa de juros. **Estrutura de gerenciamento de risco: i) Risco de crédito:** A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além de proceder o contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. **ii) Risco de liquidez:** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro recursos de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Companhia realiza operações com vencimento em curto prazo e com liquidez adequada. **iii) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos riscos de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de commodities. Nossos instrumentos financeiros afetados pelo risco de taxas de juros incluem financiamentos a pagar e aplicações financeiras. **iv) Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, às aplicações financeiras que são contratadas pela variação do CDI, e, portanto, sujeitas a taxas de juros variáveis. **v) Operações com instrumentos derivativos:** Em dezembro de 2024, a Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. **28. Eventos subsequentes: 28.1 Mudança no regime tributário:** Em decorrência do volume de receitas auferidas no exercício findo em 31/12/2025, a Companhia decide de atender aos requisitos legais para permanência no regime de tributação com base no Lucro Presumido. Dessa forma, a Companhia passou a adotar, a partir de 1º/12/2026, o regime de tributação com base no Lucro Real, nos termos da legislação tributária aplicável. A alteração produz efeitos prospectivos e, portanto, não gerou impactos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2025. **28.2 Acompanhamento das Contingências em 2026:** Após a data-base das presentes demonstrações contábeis, foram ajuizadas duas ações judiciais em face da Companhia, nos meses de fevereiro e março de 2026. Os referidos processos decorrem de fatos e circunstâncias ocorridos após 31/12/2025 e, consequentemente, não representam condições existentes na data-base das demonstrações financeiras. Dessa forma, a Administração entende que tais eventos caracterizam eventos subsequentes que não requerem ajustes, nos termos do CPC 24 - Evento Subsequente. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, os processos foram classificados como de risco de perda possível. Em 04/03/2026, notificação do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) acerca da instituição do Processo Arbitral nº 020/2026/SE/06, no qual figuram como requerentes Fabio Novaes de Camillo e Rodrigo Rocha Nery, e como requeridas Casar.com Site de Casamento e Eventos S.A. e Lucabe Administração e Participações Ltda. Na data de emissão deste Relatório, o procedimento encontra-se em fase inicial, ainda sem elementos suficientes para a Administração concluir sobre a probabilidade de perda ou estimar, de forma confiável, eventual impacto econômico-financeiro decorrente do caso. A Companhia está acompanhando o tema com o suporte de seus assessores jurídicos e adotará as medidas cabíveis para a defesa de seus interesses. A Administração mantém o acompanhamento contínuo dessas demandas e poderá revisar a avaliação de risco e os respectivos impactos contábeis caso novas informações venham a alterar os pressupostos atualmente considerados. **28.3 Acompanhamento do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** A Companhia mantém discussões judiciais relacionadas à utilização dos benefícios fiscais previstos no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei nº 14.148/2021. Entre os temas discutidos encontra-se a possibilidade de manutenção dos benefícios fiscais após as alterações introduzidas pela Lei nº 14.859/2024, bem como questões relacionadas ao enquadramento de determinadas atividades econômicas desenvolvidas pela Companhia para fins de utilização do programa. Após o encerramento do exercício de 2025 ocorreram desdobramentos processuais relevantes relacionados ao Mandado de Segurança nº 5022724-41.2024.4.03.6100. Em agosto de 2025, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) proferiu decisão desfavorável à Companhia, afastando seu direito à manutenção dos benefícios fiscais do PERSE. Posteriormente, foram opostos Embargos de Declaração, parcialmente acolhidos em janeiro de 2026 exclusivamente para correção de erro material relacionado ao início da vigência da Lei nº 14.859/2024. Na mesma decisão, o Tribunal manteve o entendimento de que os princípios constitucionais da anterioridade anual e nonagesimal teriam sido observados, considerando como marco relevante a publicação da Lei nº 14.859/2024, ocorrida em maio de 2024. Buscando reformar esse entendimento, a Companhia apresentou novos Embargos de Declaração sustentando que a extinção dos benefícios fiscais somente teria produzido efeitos concretos após a publicação do Ato Declaratório Executivo RFB nº 2/2025, que reconheceu o atingimento do limite financeiro estabelecido para o programa. Contudo, em decisão disponibilizada em 12/05/2026, o TRF3 rejeitou os recursos, reiterando seu entendimento anterior. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, pretende interpor os recursos cabíveis perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Embora as decisões mais recentes tenham sido desfavoráveis à Companhia, a avaliação jurídica obtida até a data de elaboração para emissão destas demonstrações contábeis continua classificando a perda como possível. Dessa forma, nos termos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foi constituída provisão relacionada a essa tema em 31/12/2025. A Administração continuará monitorando a evolução dos processos judiciais e os entendimentos jurisprudenciais relacionados ao PERSE, avaliando periodicamente seus potenciais impactos sobre a posição patrimonial, financeira e de resultados da Companhia. **28.4 Aumento do Capital social em 2026:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/01/2026, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social. O capital social passou de R\$ 4.041 para R\$ 4.333, mediante subscricao de novas ações integralizadas em media corrente nacional. Em decorrência da operação, foram emitidas 37.136 ações preferenciais, pelo preço de R\$ 7.891/15317 por ação, no valor total de R\$ 293, todas nominativas e sem valor nominal e sem direito a voto. Por tratar-se de

... continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos acionistas e administradores da Swile do Brasil S.A. São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Swile do Brasil S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Swile do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Reapresentação das Demonstrações financeiras:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.6 das demonstrações financeiras, que menciona que os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para

fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada à este assunto **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de agosto de 2026 **KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP-014428/O-6 **Jonas Moreira Salles** - Contador CRC 1SP295315/O-4





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/B283-4B43-9A48-BF37> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B283-4B43-9A48-BF37



Hash do Documento

2B00F60B3A5E6EE8AB1CDEAB6EA12CC8460F00DD317FFA27780A7081FAE64082

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/10/2026 é(ão) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Administrador) - 39.732.792/0001-24 em 01/10/2026 00:04 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646252 Longitude: -46.557004 Accuracy: 381
IP: 172.16.4.2
AC: AC Certisign RFB G5

